

CONCURSO PÚBLICO 01/2026 - EDITAL 01.01/2026

CARGO: PROCURADOR JURÍDICO

DATA 13/09/2026

LEIA AS INSTRUÇÕES:

- ✓ Verifique se este caderno de questões corresponde ao cargo que você concorre e se ele contém 40(quarenta) questões de múltipla escolha, com 5(cinco) alternativas (a, b, c, d, e) de resposta para cada uma, correspondentes à prova objetiva. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente alguma divergência ao cargo que você concorre, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido;
- ✓ No momento da identificação, verifique o cartão resposta, se as informações relativas a você estão corretas. Caso haja algum dado a ser retificado, peça ao fiscal de sala para corrigir em ata;
- ✓ Você dispõe de 3 (**três**) horas para fazer a prova objetiva;
- ✓ Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à entrega do material de prova e ao preenchimento do cartão resposta;
- ✓ Você deve deixar sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
- ✓ Não é permitido durante a realização da prova o uso de aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, pen drive, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, etc..., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros, protetor auricular ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc..., consulta a livros, dicionários, apontamentos e apostilas;
- ✓ É proibido fazer anotações de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e/ou em qualquer outro meio, que não os permitidos;
- ✓ Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização;
- ✓ Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, você poderá se retirar da sala de aplicação de prova;
- ✓ **Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, devolva-lhe o caderno de prova e o cartão resposta devidamente assinado e deixe o local de provas;**
- ✓ A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno de prova e no cartão resposta poderá implicar na anulação da sua prova;
- ✓ Tenha calma para não prejudicar seu desempenho e boa prova.

INSCRIÇÃO: _____

NOME COMPLETO: _____

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
37	38	39	40								

Lute. Acredite. Conquiste. Perca. Deseje. Espere. Alcance. Invada. Caia. Seja tudo o quiser ser, mas, acima de tudo, seja você sempre.

CONCURSO PÚBLICO

01/2026

EDITAL 01.01/2026

1. Leia o texto a seguir.

O trabalho e a tecnologia

A incorporação de novas tecnologias modificou significativamente diversas atividades profissionais. Ferramentas digitais permitem que tarefas sejam executadas com maior rapidez e que informações sejam compartilhadas de maneira mais eficiente. Entretanto, a simples disponibilidade desses recursos não garante melhores resultados. A qualidade do trabalho continua dependendo da capacidade de planejamento, análise e tomada de decisões por parte dos profissionais.

De acordo com o texto, assinale a alternativa que apresenta corretamente a ideia central defendida.

- a) A tecnologia tornou desnecessárias as competências de análise e planejamento no ambiente profissional.
- b) A utilização de ferramentas digitais garante, por si só, melhores resultados nas atividades profissionais.
- c) As novas tecnologias reduziram a importância da tomada de decisões pelos profissionais.
- d) Os recursos tecnológicos podem aumentar a eficiência do trabalho, mas não substituem a capacidade humana de planejamento e análise.
- e) O compartilhamento de informações tornou-se mais lento em razão da utilização de ferramentas digitais.

2. Considerando o emprego dos sinais de pontuação nas frases abaixo, marque (V) para Verdadeiro e (F) para Falso e assinale a sequência CORRETA:

- ☐ A vírgula pode ser empregada para separar elementos de uma enumeração e também para isolar o vocativo.
 - ☐ Os dois-pontos podem ser utilizados antes de uma enumeração, de uma explicação ou de uma citação.
 - ☐ O ponto e vírgula é empregado exclusivamente para indicar o encerramento de um período.
 - ☐ Os parênteses podem ser utilizados para inserir uma informação acessória ou explicativa no enunciado.
- a) V – V – F – V.
 - b) V – F – V – F.
 - c) F – V – F – V.
 - d) V – V – V – F.
 - e) F – F – V – V.

3. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão grafadas de acordo com a norma-padrão vigente.

- a) Exceção – privilégio – suscetível – beneficente – enxergar.
- b) Excessão – privilégio – suscetível – beneficente – enxergar.
- c) Exceção – previlégio – suscetível – beneficente – enxergar.
- d) Exceção – privilégio – sussetível – beneficente – encherger.
- e) Excessão – previlégio – sussetível – beneficente – encherger.

4. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão corretamente acentuadas de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- a) Público – trânsito – possível.
- b) Publico – trânsito – possível.
- c) Público – transito – possível.
- d) Público – trânsito – possivel.
- e) Publico – transito – possível.

5. Observe as duas orações:

I. A comissão analisou os documentos.

II. Os documentos foram analisados pela comissão.

A relação estabelecida entre as duas construções demonstra que:

- a) A oração I está na voz passiva e a oração II está na voz ativa.
- b) As duas orações estão na voz ativa, mas apresentam sujeitos diferentes.
- c) A oração I está na voz ativa e a oração II está na voz passiva, mantendo-se essencialmente a mesma informação.
- d) A oração I está na voz reflexiva e a oração II está na voz passiva.
- e) As duas orações estão na voz passiva, com alteração apenas da ordem dos termos.

6. Leia o período:

“Quando terminou a reunião, os servidores deixaram a sala e registraram a ocorrência.”

Considerando a estrutura sintática do período, assinale a alternativa correta.

- a) O período é simples, pois apresenta apenas uma ideia principal.
- b) O período é composto por duas orações, sendo ambas coordenadas.
- c) O período é composto por três orações, sendo a primeira subordinada adverbial temporal.
- d) O período é composto por quatro orações, sendo duas subordinadas substantivas.
- e) O período é simples, pois o segundo verbo está ligado ao primeiro por coordenação.

7. Assinale a alternativa que apresenta concordância verbal de acordo com a norma-padrão.

- a) Fazem três anos que o órgão iniciou suas atividades.
- b) Faz três anos que o órgão iniciou suas atividades.
- c) Fazem três anos que o órgão iniciaram suas atividades.
- d) Houveram três anos desde o início das atividades do órgão.
- e) Existiu três anos desde o início das atividades do órgão.

8. Assinale a alternativa que apresenta concordância nominal de acordo com a norma-padrão.

- a) As cópias do documento seguem anexo ao processo.
- b) As cópias do documento seguem anexas ao processo.
- c) As cópias do documento segue anexas ao processo.
- d) As cópias do documento seguem anexa ao processo.
- e) As cópias do documento segue anexo ao processo.

9. Leia o trecho:

“A preservação dos espaços públicos depende não apenas das ações do poder público, mas também da participação dos cidadãos. Cabe à comunidade, portanto, zelar pelos locais que utiliza diariamente e cobrar das autoridades medidas que garantam sua conservação.”

Com base na norma-padrão e nas relações sintáticas estabelecidas no trecho, assinale a alternativa correta.

- a) Em “Cabe à comunidade”, o emprego do acento indicativo da crase é inadequado, pois o verbo “caber” não admite preposição.
- b) Em “depende não apenas das ações”, a preposição “de” introduz um termo que completa o sentido do verbo “depende”.
- c) Em “medidas que garantam sua conservação”, o pronome relativo “que” retoma especificamente o termo “autoridades”.
- d) A forma verbal “utiliza” deveria estar no plural, pois concorda com “locais”.

A expressão “portanto” estabelece uma relação de oposição entre as duas orações do segundo período.

10. Assinale a alternativa em que a frase está inteiramente de acordo com a norma-padrão, considerando regência, concordância, colocação pronominal e emprego da crase.

- a) Os servidores não obedeceram as normas estabelecidas pela comissão.
- b) Os servidores não obedeceu às normas estabelecidas pela comissão.
- c) Os servidores não se opuseram às novas determinações da comissão.
- d) Os servidores não opuseram-se às novas determinações da comissão.
- e) Os servidores não se opuseram as novas determinações da comissão.

11. Uma prefeitura pretende instalar um sistema de monitoramento ambiental em cinco bairros. O custo de instalação em cada bairro será representado pelo vetor coluna

$$A = \begin{bmatrix} 12 \\ 15 \\ 18 \\ 20 \\ 25 \end{bmatrix}$$

e o fator de correção de custos será dado pela matriz diagonal

$$B = \begin{bmatrix} 1,05 & 0 & 0 & 0 & 0 \\ 0 & 1,05 & 0 & 0 & 0 \\ 0 & 0 & 1,05 & 0 & 0 \\ 0 & 0 & 0 & 1,05 & 0 \\ 0 & 0 & 0 & 0 & 1,05 \end{bmatrix}$$

Após a aplicação da correção, o custo previsto para o terceiro bairro será:

- a) R\$ 18,45 mil.
 - b) R\$ 18,60 mil.
 - c) R\$ 18,75 mil.
 - d) R\$ 18,90 mil.
 - e) R\$ 19,05 mil.
12. Em uma licitação pública, quatro empresas serão classificadas do 1º ao 4º lugar, sem possibilidade de empate.
O número de classificações possíveis é:
- a) 12.
 - b) 18.
 - c) 24.
 - d) 32.
 - e) 48.
13. Um município realizou um financiamento de R\$ 500.000,00 para aquisição de máquinas agrícolas. O contrato estabelece juros compostos de 6% ao ano durante 2 anos.
O montante ao final do período será aproximadamente:
- a) R\$ 540.800,00.
 - b) R\$ 551.800,00.
 - c) R\$ 561.900,00.
 - d) R\$ 572.000,00.
 - e) R\$ 583.200,00.

14. Considere o sistema linear:

$$\begin{cases} x + y + z = 12 \\ 2x - y + z = 9 \\ x + 2y - z = 5 \end{cases}$$

O valor de $x + y - z$ é

- a) 1/7.
- b) 2/7.
- c) 3/7.
- d) 6/7.
- e) 12/7.

15. Uma praça circular será construída com raio de 14 metros. No centro será instalado um monumento ocupando uma área circular de raio 4 metros.
Considerando: $\pi = \frac{22}{7}$, a área pavimentada restante será:
- a) 528,71 m².
 - b) 545,71 m².
 - c) 565,71 m².
 - d) 575,71 m².
 - e) 595,71 m².
16. Nos últimos anos, diferentes bancos centrais recorreram à elevação das taxas de juros para conter a inflação. No Brasil, esse instrumento é representado pela taxa Selic. Sobre seus efeitos na economia, assinale a alternativa correta.
- a) A redução da taxa Selic diminui imediatamente os gastos públicos obrigatórios.
 - b) O aumento da taxa Selic tende a desestimular o consumo e o crédito, contribuindo para o controle da inflação.
 - c) A elevação da Selic elimina a necessidade de política fiscal.
 - d) A Selic interfere apenas nas operações realizadas entre bancos privados.
 - e) O aumento da Selic garante crescimento econômico no curto prazo.
17. O avanço da Inteligência Artificial Generativa trouxe benefícios para diversos setores, mas também despertou preocupações relacionadas à produção de conteúdos falsificados. Esse fenômeno está associado principalmente:
- a) À dificuldade de ampliar a velocidade da internet.
 - b) À impossibilidade de automatizar tarefas administrativas.
 - c) À criação de conteúdos sintéticos capazes de dificultar a identificação entre materiais verdadeiros e manipulados.
 - d) À substituição completa das redes sociais por plataformas de IA.
 - e) À proibição do uso de algoritmos em serviços públicos.
18. A intensificação dos conflitos geopolíticos em importantes regiões produtoras de petróleo pode gerar impactos para diversos países porque:
- a) Altera a oferta internacional de petróleo, influenciando preços, inflação e custos de produção.
 - b) Impede automaticamente a exportação de produtos agrícolas.
 - c) Elimina a necessidade de importação de combustíveis.
 - d) Reduz permanentemente os preços da energia elétrica.
 - e) Afeta exclusivamente os países produtores de petróleo.
19. Afeta exclusivamente os países produtores de petróleo. Entre os objetivos da Organização das Nações Unidas (ONU), destaca-se:
- a) Regular o funcionamento dos bancos centrais.
 - b) Administrar o comércio internacional.
 - c) Elaborar leis obrigatórias para todos os países.
 - d) Promover a cooperação internacional, a paz e a defesa dos direitos humanos.
 - e) Organizar eleições nacionais dos países-membros.
20. As mudanças climáticas representam um dos principais desafios contemporâneos. Entre suas possíveis consequências, pode-se citar:
- a) A redução definitiva da ocorrência de secas.
 - b) O desaparecimento do efeito estufa natural.
 - c) A diminuição da frequência de eventos extremos.

- d) O aumento da frequência de eventos climáticos extremos, afetando populações e atividades econômicas.
- e) A estabilização do nível dos oceanos independentemente das emissões de gases
- 21. O Prefeito de determinado Município, sob a alegação de necessidade de adequação das contas públicas e contenção de despesas com pessoal, editou um decreto determinando a redução unilateral de 15% nos salários de todos os empregados públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) lotados na administração direta.**
Considerando o texto da Constituição Federal de 1988 e da CLT, a medida adotada pelo Município é:
- a) Ilícita, pois a Constituição Federal assegura expressamente a irredutibilidade dos subsídios e vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos, e a CLT veda alterações contratuais unilaterais que resultem em prejuízo ao empregado.
- b) Lícita, tendo em vista que a supremacia do interesse público autoriza a alteração unilateral dos contratos de trabalho celebrados pela Administração Pública em situações de contingenciamento orçamentário.
- c) Lícita, desde que a redução salarial seja limitada ao teto de 20% e o valor final respeite a garantia do salário-mínimo nacional.
- d) Ilícita, uma vez que qualquer adequação de gastos com empregados públicos exige obrigatoriamente a prévia exoneração de todos os servidores estatutários não estáveis.
- e) Lícita, desde que o decreto municipal seja submetido à homologação prévia do Tribunal de Contas competente e do Poder Legislativo local.
- 22. Um Município contratou empregados públicos sob regime da CLT para exercer funções administrativas. Em determinado caso, um desses empregados foi designado para desempenhar atividades diversas daquelas previstas em seu contrato, sem alteração formal de cargo ou remuneração. Posteriormente, o Prefeito editou norma interna ampliando unilateralmente a jornada de trabalho desses empregados, sob o argumento de necessidade de interesse público. Considerando a Constituição Federal de 1988 e a CLT, assinale a alternativa correta:**
- a) É lícita a ampliação unilateral da jornada de trabalho, pois o empregador público detém poderes de direção e organização sobre o contrato de trabalho, podendo modificar suas condições conforme o interesse público.
- b) O desvio de função gera direito automático à equiparação salarial com o cargo efetivamente exercido, independentemente dos requisitos do art. 461 da CLT.
- c) A relação de emprego público não se submete às garantias da CLT, já que a Constituição prevê regime jurídico único para todos os servidores, afastando a aplicação da legislação trabalhista.
- d) O empregador possui poderes de direção, fiscalização e disciplina, mas não pode alterar unilateralmente cláusulas essenciais do contrato de trabalho que impliquem prejuízo ao empregado, como jornada e remuneração.
- e) O empregado público não possui direito ao aviso prévio em caso de dispensa, pois sua relação de trabalho é regida exclusivamente por normas constitucionais e administrativas, não pela CLT.
- 23. De acordo com a Lei nº 8.080/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e organiza o Sistema Único de Saúde (SUS), assinale a alternativa que descreve corretamente um de seus princípios organizacionais ou doutrinários.**
- a) Equidade: Determina que o SUS deve oferecer um tratamento rigorosamente igualitário a todos os indivíduos, alocando os mesmos recursos e tipos de serviço para cada cidadão, a fim de garantir a padronização do atendimento.
- b) Universalidade de Acesso: Assegura que todos os cidadãos brasileiros que contribuem para a seguridade social tenham direito aos serviços de saúde, podendo o acesso de estrangeiros e não contribuintes ser limitado conforme regulamentação.

- c) Integralidade da Assistência: Entendida como um conjunto articulado e contínuo de ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.
- d) Centralização Político-Administrativa: Estabelece que a direção do SUS é única e deve ser exercida exclusivamente pela esfera federal (Ministério da Saúde), para garantir um padrão uniforme de gestão em todo o território nacional.
- e) Participação da Iniciativa Privada: Define que o SUS deve priorizar a contratação de serviços privados em detrimento da expansão da rede pública, visando fomentar a livre concorrência e otimizar a aplicação de recursos públicos.

24. De acordo com o texto do art. 5º da Constituição Federal de 1988 a respeito dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta:

- a) O mandado de injunção será concedido para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- b) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- c) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio do condenado.
- d) A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- e) São gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, bem como a ação popular, em qualquer situação.

25. Nos termos das regras constitucionais de repartição de competências legislativas estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que apresenta matéria de competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal:

- a) Seguridade social, diretrizes e bases da educação nacional, e trânsito e transporte.
- b) Direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.
- c) Desapropriação, requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra.
- d) Águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.
- e) Direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.

26 Em conformidade com o texto do art. 60 da Constituição Federal de 1988 acerca do processo legislativo de reforma constitucional, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de qualquer Deputado Federal ou Senador, desde que subscrita por pelo menos um quinto dos membros da respectiva Casa do Congresso Nacional.
- b) A proposta de emenda será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, 2/3 dos votos dos respectivos membros.
- c) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- d) Não será objeto de deliberação somente a proposta de emenda tendente a abolir os direitos e garantias sociais expressos no art. 6º da Carta Magna.
- e) A emenda à Constituição aprovada será enviada ao Presidente da República, que a promulgará no prazo de quinze dias úteis, acompanhado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

- 27. Nos termos do art. 37 da Constituição Federal de 1988, no tocante às disposições gerais da Administração Pública e dos servidores públicos, assinale a alternativa correta:**
- a) A não observância da aprovação prévia em concurso público para a investidura em cargo ou emprego público implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, ressalvada a convalidação automática do ato caso decorridos mais de cinco anos da nomeação.
 - b) O prazo de validade do concurso público será fixado no edital em três anos, prorrogável por igual período, a critério da administração contratante.
 - c) Os cargos, empregos e funções públicas só são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, bem como aos naturalizados, na forma da lei.
 - d) A garantia ao direito de livre associação sindical e o direito de greve são assegurados indistintamente a todos os servidores públicos, civis e militares, nos termos definidos em lei específica.
 - e) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- 28. Com base na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992, com as alterações da Lei nº 14.230/2021), assinale a alternativa correta:**
- a) A ação para a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa prescreve no prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir do conhecimento do fato pela autoridade competente.
 - b) O ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública prescinde da demonstração de dolo, caracterizando-se pela verificação de culpa grave ou imprudência do agente.
 - c) O descumprimento de prazos expressos em lei ou regulamento por atraso da autoridade pública caracteriza, por si só, ato de improbidade administrativa contra os princípios da Administração Pública.
 - d) As disposições da Lei de Improbidade Administrativa aplicam-se, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.
 - e) A sanção de proibição de contratar com o poder público aplica-se pelo prazo unificado e fixo de 20 (vinte) anos, independentemente da modalidade de improbidade praticada.
- 29. Em conformidade com o texto expresso da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), assinale a alternativa correta:**
- a) Os prazos máximos de restrição de acesso à informação vigoram, em regra, a partir da data de sua produção e são de 25 (vinte e cinco) anos para a informação ultrassecreta, 15 (quinze) anos para a secreta e 5 (cinco) anos para a reservada.
 - b) As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e seus cônjuges e filhos(as) serão classificadas como ultrassecretas e ficarão sob sigilo por prazo indeterminado.
 - c) É lícito ao órgão público exigir do requerente a apresentação dos motivos determinados da solicitação de informação de interesse público como condição para o processamento do pedido.
 - d) O prazo máximo para resposta ao pedido de acesso à informação, caso esta não possa ser concedida de imediato, é de 10 (dez) dias, vedada expressamente qualquer prorrogação.
 - e) A competência para a classificação de informação no grau de ultrassecreto é exclusiva e indelegável do Presidente da República.
- 30. Nos termos da Lei nº 11.079/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada (PPP) no âmbito da Administração Pública, assinale a alternativa correta:**
- a) É lícita a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha por objeto único a execução de obra pública isolada sem a prestação de serviços subsequentes.
 - b) É permitida a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), desde que haja autorização legislativa específica.
 - c) Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que seja usuária direta ou indireta a Administração Pública, vedada no instrumento qualquer execução de obra ou fornecimento de bens.

- d) O prazo de vigência do contrato de parceria público-privada, compatível com a amortização dos investimentos, não poderá ser inferior a 2 (dois) anos, nem superior a 15 (quinze) anos, incluindo eventual prorrogação.
- e) Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987/1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- 31. Com base no texto estrito da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta:**
- a) O recurso administrativo será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 15 (quinze) dias, o encaminhará à autoridade superior.
- b) A revogação do ato administrativo eivado de vício de legalidade produz efeitos retroativos à data de sua expedição (ex tunc).
- c) Constatado defeito sanável em ato administrativo que não acarrete lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, a Administração é obrigada a anulá-lo, sendo vedada a convalidação.
- d) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em 5 (cinco) anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- e) O indeferimento de alegações ou pedidos formulados pelos interessados em processo administrativo independe de motivação explícita por parte do órgão julgador.
- 32. Com base no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), assinale a alternativa correta:**
- a) A tutela de evidência é cabível somente quando demonstrado o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, independentemente da verossimilhança das alegações.
- b) A tutela de evidência exige a demonstração de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, sendo incabível quando a matéria for exclusivamente de direito e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos.
- c) A tutela de urgência de natureza antecipada somente pode ser concedida após a citação do réu, sendo vedada a concessão liminar antes da formação da relação processual.
- d) A tutela provisória de urgência, uma vez concedida, torna-se estável e imutável, não podendo ser revista, modificada ou revogada a qualquer tempo pelo juiz.
- e) A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, podendo ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.
- 33. Sobre a desconsideração da personalidade jurídica e a intervenção de terceiros no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), assinale a alternativa correta:**
- a) A desconsideração da personalidade jurídica pode ser requerida apenas em fase de execução, sendo incabível na fase de conhecimento do processo.
- b) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo, sendo o sócio ou a pessoa jurídica citado para manifestar-se e impugnar o pedido no prazo de 15 (quinze) dias.
- c) A desconsideração inversa da personalidade jurídica, que atinge o patrimônio do sócio para alcançar bens da sociedade, é expressamente vedada pelo Código de Processo Civil.
- d) A intervenção de terceiros, na modalidade de assistência, somente é admitida após o trânsito em julgado da sentença, não podendo ocorrer durante o curso do processo.
- e) O *amicus curiae*, admitido como interveniente no processo, adquire a condição de parte e passa a ter os mesmos poderes processuais das partes originárias, incluindo o direito de recorrer em todos os casos.

34. Com base no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), assinale a alternativa correta:

- a) A ação rescisória pode ser ajuizada a qualquer tempo após o trânsito em julgado da decisão, sem prazo decadencial, desde que fundada em violação manifesta de norma jurídica.
- b) O incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) é cabível quando houver efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de fato, sendo desnecessária a existência de questão de direito.
- c) A ação rescisória prescinde do trânsito em julgado da decisão rescindenda, podendo ser proposta desde a prolação da sentença de primeiro grau, antes do esgotamento dos recursos.
- d) A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando se verificar que foi proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.
- e) O IRDR, uma vez admitido, é julgado pelo juízo de primeiro grau que o suscitou, não havendo suspensão dos processos pendentes que versem sobre a mesma questão.

35. Nos termos do Código Tributário Nacional (CTN), a denúncia espontânea da infração exclui a responsabilidade por ela, desde que o sujeito passivo:

- a) Comunique a infração à autoridade administrativa antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração e efetue, se for o caso, o pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou deposite a importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.
- b) Comunique a infração à autoridade administrativa após o início do procedimento fiscal, desde que pague integralmente o tributo devido, com juros de mora e multa.
- c) Apenas declare o débito em sua contabilidade, sem necessidade de pagamento, desde que a comunicação ocorra antes de qualquer medida de fiscalização.
- d) Pague o tributo devido com os acréscimos legais, independentemente de comunicação formal à autoridade administrativa, bastando a regularização espontânea do débito.
- e) Comunique a infração à autoridade administrativa antes de qualquer procedimento fiscal, sendo dispensado o pagamento do tributo, bastando o parcelamento do débito.

36. Sobre as taxas, é correto afirmar, à luz do Código Tributário Nacional, que:

- a) Podem ter base de cálculo idêntica à dos impostos, desde que o fato gerador seja o exercício regular do poder de polícia ou a utilização de serviço público específico e divisível.
- b) São tributos vinculados, cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- c) Podem ser cobradas em razão de serviços públicos gerais e indivisíveis, como a iluminação pública, prestados de forma universal.
- d) Possuem caráter contraprestacional e podem ter base de cálculo que considere a capacidade econômica do contribuinte, como o valor venal do imóvel.
- e) São tributos não vinculados, cuja cobrança independe de qualquer atividade estatal específica dirigida ao contribuinte.

37. Acerca da repetição do indébito tributário e da responsabilidade tributária, conforme o CTN, assinale a alternativa correta:

- a) O sujeito passivo de direito (contribuinte de direito) não possui legitimidade para pleitear a restituição de tributo indireto, sendo tal legitimidade exclusiva do contribuinte de fato.
- b) A responsabilidade tributária por sucessão não alcança o adquirente de imóvel que, no momento da aquisição, apresentou certidão negativa de débitos, ainda que existam débitos anteriores não inscritos.
- c) A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro a terceiro, somente será feita a quem prove ter assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

- d) A responsabilidade do sucessor limita-se ao montante do tributo devido, excluídos os juros de mora e a multa, que permanecem exclusivamente a cargo do sucedido.
- e) O pagamento indevido de tributo dá direito à restituição somente quando decorrente de erro de fato, não se admitindo a repetição nos casos de erro de direito.
- 38. De acordo com as disposições expressas no Código Civil brasileiro e na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB - Decreto-Lei nº 4.657/1942), assinale a alternativa CORRETA:**
- a) A lei posterior revoga a anterior quando seja com ela incompatível, quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior, ou quando estabeleça disposições gerais ou especiais a respeito das já existentes.
- b) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.
- c) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes, desde que a modificação não ultrapasse o prazo máximo de dez anos.
- d) É nula a renúncia à decadência fixada em lei ou estipulada pelas partes por ato de vontade.
- e) O negócio jurídico nulo convalesce pelo decurso do tempo e é suscetível de confirmação pelas partes após o prazo decadencial de dois anos.
- 39. Com base no Código Civil brasileiro a respeito do Direito das Obrigações e dos Contratos em Geral, assinale a alternativa CORRETA:**
- a) Impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente; mas pelas perdas e danos só responde o culpado.
- b) O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é nulo de pleno direito, devendo o devedor pagar novamente ao credor legítimo para obter a quitação.
- c) O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, não constitui de pleno direito em mora o devedor, sendo indispensável a prévia interpelação judicial ou extrajudicial.
- d) Deixa de ser obrigatória a proposta de contrato se, feita sem prazo a uma pessoa presente, for aceita no prazo máximo de vinte e quatro horas.
- e) Nos contratos bilaterais, qualquer um dos contratantes pode exigir o adimplemento da obrigação do outro, mesmo antes de ter cumprido a sua própria prestação.
- 40. De acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 4.320/1964 e na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), assinale a alternativa CORRETA:**
- a) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) compreenderá o orçamento fiscal referente aos poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, bem como o orçamento de investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- b) Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções (Princípio do Orçamento Bruto).
- c) Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele empenhadas, adotando-se o regime de competência tanto para o ingresso das receitas quanto para o cumprimento das despesas públicas.
- d) Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a 5 (cinco) exercícios financeiros.
- e) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta será exercida pelo Congresso Nacional mediante controle externo, limitando-se o exame aos aspectos estritos de legalidade e legitimidade dos atos, excluído o critério de economicidade.